

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE****TUCUNDUVA-RS****05.08.2015**

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, perfazendo um total de 100 (cem) pontos.

ATENÇÃO

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. Ao receber o cartão-resposta confira seus dados e assine no local indicado.
3. Assinale apenas **UMA** resposta para cada questão objetiva.
4. Ao passar para o Cartão Resposta, **negrite** a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta.
5. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
6. Questão rasurada será anulada.
7. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

BOA PROVA!

NOME

1. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) consagrou no Brasil a doutrina da proteção integral, já incorporada pela Constituição Federal de 1988, pela qual as crianças e os adolescentes têm a garantia de uma gama de direitos fundamentais, restando protegidos de situações de vulnerabilidade. Dentro dessa perspectiva, no que diz respeito à proteção integral e aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, assinale a alternativa correta.
 - A.() Os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e no ECA, endereçados às crianças e aos adolescentes, não são de observância obrigatória.
 - B.() A família não tem o dever de garantir os direitos fundamentais endereçados às crianças e aos adolescentes; esse dever é do Estado.
 - C.() As crianças e adolescentes são os titulares dos direitos fundamentais previstos em lei, ao contrário do que acontecia no passado quando eram tratados como objetos de direito.
 - D.() As crianças e os adolescentes, que estão sob o poder familiar dos pais, sujeitam-se às ordens e determinações dos pais, não podendo questionar as deliberações dos pais, independentemente de quais forem, nem os pais podem ser questionados no exercício do poder familiar.

2. Quanto aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, assinale a alternativa correta.
 - A.() Os direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente devem ser preservados e observados rigorosamente pelo Município, família e sociedade, devendo o Conselho Tutelar, em verificando uma situação de vulneração desses direitos, tratar de aplicar uma medida que resguarde os interesses, dando total proteção à criança ou adolescente.
 - B.() As crianças e adolescentes estão protegidos pelas regras constitucionais e pelas regras do Estatuto da Criança e do Adolescente, tratados como objetos de direitos, representados pelos pais.
 - C.() A vontade das crianças e adolescentes, dentro da doutrina da proteção integral, não é levada em conta em situações de vulneração de direitos que implicarem intervenção do Conselho Tutelar.
 - D.() Em casos de verificação da necessidade de tratamentos de saúde à criança, em que a família não tenha condições financeiras de arcar com os custos, terá que ser aguardada a disponibilidade do Município ou do Estado para atendimento da demanda de saúde da criança, não podendo ser dada a preferência à criança.

3. Entre os direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente está o direito à educação, direito que enseja inúmeras intervenções do Conselho Tutelar, especialmente em razão da evasão escolar, cabendo ao Conselho Tutelar aplicar as medidas necessárias para preservar esse direito que, ao mesmo tempo, implica um dever dos pais ou responsáveis.

Considerando o Direito à Educação e o enunciado acima, está correta a afirmação da alternativa:

 - A.() É obrigação do Conselho Tutelar matricular as crianças e adolescentes que não estiverem matriculados regularmente na rede pública de ensino.
 - B.() No caso de infrequência de uma criança ou adolescente em uma escola de ensino particular, não cabe ao Conselho Tutelar qualquer intervenção, estando a atuação do Conselho Tutelar restrita à rede pública de ensino.
 - C.() A frequência de crianças na pré-escola é obrigatória, devendo ser fiscalizada pelo Conselho Tutelar.
 - D.() Os pais têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino, bem como criar condições e ambiente para que tenham frequência adequada e rendimento dentro das particularidades e limitações de cada um.

4. Outro direito assegurado aos adolescentes é o direito à profissionalização; para isso, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece regras rígidas com relação ao trabalho na menoridade, não podendo ser tolerada a exploração do trabalho infantil, tendo o Conselho Tutelar importante papel para coibir o trabalho nessas condições.

Sobre o trabalho dos adolescentes é possível a afirmação da alternativa:

- A.() Independentemente do trabalho que for, sendo o adolescente maior de 16 anos e estando a estudar, poderá trabalhar livremente.
- B.() Não é permitido o exercício de qualquer trabalho aos menores de 16 anos, mesmo na condição de aprendiz.
- C.() Os maiores de 18 anos podem trabalhar como aprendizes, recebendo adicional de insalubridade no caso de trabalho insalubre, não se admitindo o trabalho sem os equipamentos de proteção.
- D.() É possível o trabalho a partir dos 14 anos, desde que não seja noturno, perigoso ou insalubre e na condição de aprendiz.
5. É preocupação do ECA estabelecer regras de prevenção endereçadas às crianças e adolescentes, a fim de evitar situações de vulneração de direitos, incluindo-se aí informações, viagens, participação em diversões e espetáculos, bem como quanto ao consumo de bebidas alcoólicas, o que também, invariavelmente, exige a participação efetiva do Conselho Tutelar. Nesse cenário, assinale a alternativa correta.

- A.() Adolescentes não podem participar de bailes e festas noturnas, desacompanhados dos pais ou responsáveis.
- B.() Adolescentes podem livremente fazer apostas em casas lotéricas, a exemplo de megassena, loterias, etc.
- C.() É possível a venda de bebidas alcoólicas para adolescentes, desde que eles estejam autorizados pelos pais para beber.
- D.() Adolescentes podem viajar para outras cidades, utilizando ônibus, desacompanhados dos pais, sem a necessidade de ordem judicial.

6. Entre os direitos fundamentais previstos no ECA está o “direito à convivência familiar e comunitária”, restando assegurada às crianças e adolescentes a possibilidade de terem um desenvolvimento como pessoas em formação, no seio de uma família, que poderá ser a família natural, família extensa ou família substituta, cumprindo ao conselho tutelar atuar como órgão encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, assegurar essa convivência, guardadas as limitações do cargo.

Considerando essa realidade, marque a alternativa correta.

- A.() No caso de uma criança que sofra maus-tratos praticados pelos pais, deverá ser acolhida institucionalmente, quando não seja encontrada alguém na família extensa que possa se responsabilizar por ela.
- B.() A retirada da criança ou adolescente do convívio dos pais, com encaminhamento a uma casa de acolhimento institucional, não cabe ao Conselho Tutelar, mesmo nas condições de urgência.
- C.() O Conselho Tutelar, no uso de suas atribuições, pode encaminhar uma criança a uma família substituta.
- D.() A família natural é composta pelos pais, filhos, avós e irmãos.

7. Assinale a alternativa correta.
- A.() A adoção de uma criança ou adolescente poderá ser encaminhada pelo Conselho Tutelar.
 - B.() O Conselho Tutelar pode cadastrar casais interessados em adotar e encaminhar crianças aptas à adoção a esses casais.
 - C.() A falta de condições financeiras e o fato de um casal ter vários filhos não é razão suficiente para retirar as crianças do lar ou para a perda do poder familiar.
 - D.() Quando uma gestante não quer ficar com o filho recém-nascido, ela pode, livremente, entregar a criança a terceiros pessoas que desejem adotá-la, o que deve ter o respaldo do Conselho Tutelar.
8. O ECA prevê para os adolescentes infratores a possibilidade da aplicação de medidas socioeducativas e, para as crianças e adolescentes em situação de vulneração de direitos, a aplicação de medidas protetivas. Dentro desse contexto, é possível afirmar que está correta a alternativa:
- A.() Crianças que venham a cometer atos que, em tese, estão tipificados como crimes (homicídio, furto, etc.) podem sofrer medidas socioeducativas.
 - B.() Os atos infracionais praticados por crianças estão sujeitos a medidas protetivas, nunca a medidas socioeducativas.
 - C.() O Conselho Tutelar pode aplicar medidas socioeducativas e medidas protetivas.
 - D.() Tanto as medidas protetivas como as medidas socioeducativas só podem ser aplicadas pelo Poder Judiciário.
9. O processo de escolha dos Conselheiros Tutelares foi unificado em todo Território Nacional. Além da previsão de uma série de direitos, por força da lei Nº 12.696/2012, os Conselheiros Tutelares ganharam um novo *status*, tendo paralelo a isso uma série de atribuições e impedimentos, previstos no ECA. Sobre esse conjunto de regras é possível afirmar que:
- A.() Poderá a Lei Municipal, que trata dos Conselhos Tutelares, dispor de forma diversa do que dispõe o ECA, com relação às atribuições dos Conselheiros Tutelares.
 - B.() É a Lei Municipal que estabelece as atribuições dos Conselheiros Tutelares.
 - C.() Os horários de funcionamento do Conselho Tutelar e a remuneração dos Conselheiros Tutelares serão fixados em Lei Municipal.
 - D.() Poderá concorrer a Conselheiro Tutelar, por exemplo, um sobrinho do Promotor de Justiça da Comarca
10. Consta do art. 104 do ECA que “são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos às medidas previstas nesta lei”. Essa previsão legal está sendo alvo de intenso debate, em razão dos encaminhamentos recentes de projeto de emenda constitucional (PEC), que busca a redução da maioridade penal. Dentro dessa temática, objetivamente, podemos afirmar, segundo as regras legais em vigor, que:
- A.() Os menores de 18 anos, que cometem condutas tipificadas como crimes e em sendo esses crimes hediondos, poderão ser condenados pelo ato infracional praticado, cumprindo pena em estabelecimento prisional.
 - B.() Os menores de 18 anos, que cometem condutas tipificadas como crimes, sejam hediondos ou não, poderão ser condenados pelo ato infracional praticado, porém não podem ser privados de liberdade.
 - C.() Cometendo a pessoa, no dia em que completa 18 anos, ato tipificado como crime, será punido como adolescente.
 - D.() O adolescente que for condenado pela prática de ato infracional grave poderá ser privado de liberdade.

11. O artigo 3º (terceiro) do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), referindo aos direitos dos infantes, aponta que a proteção integral da criança e do adolescente abrange:
- Somente os dispositivos expressos no ECA.
 - Todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.
 - Todas as oportunidades e facilidades com vistas a seu desenvolvimento mental, moral, espiritual e social.
- De acordo com a proposição dada, marque a alternativa correta.
- A.() Somente a afirmação I é falsa.
B.() Somente as afirmações I e II são verdadeiras.
C.() Somente a afirmação III é verdadeira.
D.() As afirmações I, II e III são verdadeiras.
12. Assinale a alternativa correta quanto à proposição a seguir:
Para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), considera-se criança:
- A.() A pessoa com até 11(onze) anos de idade incompletos.
B.() A pessoa com até 12 (doze) anos de idade incompletos.
C.() A pessoa com até 13 (treze) anos de idade incompletos.
D.() A pessoa com até 14 (catorze) anos de idade incompletos.
13. Considere o disposto a seguir e assinale a alternativa correta.
Dispõe o artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) que a efetivação dos direitos da criança, com absoluta prioridade, cabe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público. Com base no exposto pode-se dizer que tal dever de proteção abrange:
- A.() As instituições não governamentais.
B.() A Prefeitura Municipal.
C.() As escolas municipais e estaduais.
D.() Todos os itens das alternativas anteriores estão corretos.
14. O artigo 18 (dezoito), do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), cuida dos direitos à gestante frente ao Sistema Único de Saúde – SUS.
Sobre isso são corretas as afirmativas seguintes, exceto a da alternativa:
- A.() A parturiente será atendida preferencialmente pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.
B.() Incumbe ao Poder Público proporcionar assistência psicológica à gestante e mãe, no período pré e pós-natal.
C.() O Poder Público tem obrigação de proporcionar apoio alimentar à gestante.
D.() Não cabe ao Poder Público prestar assistência às gestantes ou mães que manifestarem interesse em entregar seus filhos para adoção.
15. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, segundo o artigo 10 (dez) e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), são obrigados, exceto:
- A.() Manter o registro das atividades desenvolvidas através de prontuários individuais, pelo prazo de 1(um) ano.
B.() Proceder a exames visando ao diagnóstico e à terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.
C.() Vacinar as crianças sob seus cuidados, em casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
D.() Proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação da criança ou adolescente.

16. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, (Lei Federal nº 8.069/1990), em seus artigos 15 (quinze) e 16 (dezesesseis), a criança e o adolescente - enquanto pessoas humanas em processo de desenvolvimento - têm assegurado o direito à liberdade. Esse direito compreende os seguintes aspectos, exceto o descrito na alternativa:
- A.() Brincar, praticar esportes e divertir-se.
 - B.() Buscar refúgio, auxílio e orientação.
 - C.() Participar da vida familiar e comunitária.
 - D.() Permanecer em logradouros públicos em espaços comunitários, com livre escolha de horário, sem conhecimento ou consentimento dos pais ou responsável.
17. O artigo 18-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), prevê medidas, sem prejuízo de outras, que serão aplicadas pelo Conselho Tutelar aos pais e integrantes da família ampliada que utilizam castigo físico, tratamento cruel ou degradante como forma de correção e disciplina aos infantes.
De acordo com a gravidade, são as seguintes, entre outras, as medidas aplicáveis:
- I. Advertência.
 - II. Obrigação de encaminhar a criança, se for o caso, a tratamento especializado.
 - III. Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- A.() Todos os itens estão corretos.
 - B.() Todos os itens estão incorretos.
 - C.() Somente o item I está correto.
 - D.() Somente o item II está incorreto.
18. De acordo com o artigo 19 (dezenove) e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), que tratam do direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, são corretas as afirmações seguintes, exceto a da alternativa:
- A.() Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai, privados da liberdade, por meio de visitas promovidas pelos responsáveis.
 - B.() Os filhos havidos na relação do casamento e os havidos fora da relação do casamento não terão os mesmos direitos.
 - C.() Os filhos adotados terão os mesmos direitos e qualificações dos demais filhos.
 - D.() O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe.
19. Os artigos 28 (vinte e oito) e seguintes, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), dispõem sobre as diversas modalidades de colocação de crianças e adolescentes nas chamadas “famílias substitutas”. São modalidades de família substituta, a guarda, a tutela e a adoção.
Em relação a qualquer dessas formas de acolhimento, estão corretas as seguintes afirmações, exceto a da alternativa:
- A.() Salvo comprovada a existência de risco de abuso, os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta.
 - B.() Tratando-se de maior de 12 (doze) de idade, não será necessário seu consentimento para colocação em família substituta.
 - C.() A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e terá acompanhamento posterior por equipe interdisciplinar.
 - D.() Tratando-se de maior de 12 (doze) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.

20. Os artigos 38 (trinta e oito) e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) abordam uma importante modalidade de família substituta conhecida por adoção. Sobre adoção estão corretas as seguintes afirmações, exceto a descrita na alternativa:
- A.() A adoção depende do consentimento dos pais ou representante legal do adotando, salvo se forem desconhecidos ou destituídos do poder familiar.
 - B.() Pode adotar quem tiver, no mínimo, 21 (vinte e um) anos, independentemente do estado civil.
 - C.() Em se tratando de adotando maior de 12 (doze) anos de idade, será também necessário seu consentimento.
 - D.() É proibida a adoção por procuração.
21. O artigo 53 (cinquenta e três) do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) cuida do direito à educação, apontando que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Assim, são assegurados à criança e ao adolescente os seguintes direitos, exceto:
- A.() Direito de serem respeitados por seus educadores.
 - B.() Direito de organização e participação em entidades estudantis.
 - C.() Direito ao acesso à escola particular subsidiado pelo poder público.
 - D.() Direito a contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.
22. Sobre a venda de produtos e serviços, o artigo 81 (oitenta e um) do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) estabelece a proibição de venda à criança ou ao adolescente de:
- A.() Bebidas alcoólicas.
 - B.() Armas munições e explosivos.
 - C.() Bilhetes lotéricos e equivalentes.
 - D.() Todos os itens descritos nas alternativas anteriores estão corretos.
23. O artigo 94 (noventa e quatro), do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), e seus incisos cuidam das obrigações das entidades que desenvolvem programas de internação. Constituem-se como obrigações das referidas entidades, entre outras, os itens descritos a seguir, com exceção o da alternativa:
- A.() Preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente.
 - B.() Oferecer cuidados médicos, psicológicos, odontológicos e farmacêuticos.
 - C.() Restringir atividades culturais, esportivas e de lazer.
 - D.() Comunicar às autoridades competentes todos os casos de adolescentes portadores de moléstia infectocontagiosa.
24. Assinale a alternativa correta:
- O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) prevê em seu artigo 101 (cento e um) duas formas de acolhimento: institucional e familiar. Tais medidas são provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar, não implicando em privação de liberdade.
- O encaminhamento de crianças e adolescentes a instituições (acolhimento institucional) deverá ser através de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária, na qual obrigatoriamente deverá constar, dentre outros dados:
- A.() Sua identificação e a qualificação completa de seus pais ou de seu responsável, se esses dados forem conhecidos.
 - B.() O endereço de residência dos pais ou do responsável, com pontos de referência.
 - C.() Os nomes de parentes ou de terceiros interessados em tê-los sob sua guarda.
 - D.() Todas as alternativas anteriores corretas.

25. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), em seu artigo 103 (cento e três) e seguintes, mesmo flagrado em ato infracional, enquanto ser humano, o adolescente não perde seus direitos individuais e garantias processuais. No plano das garantias processuais são asseguradas aos adolescentes, entre outras, as seguintes, com exceção da alternativa:
- A.() Defesa técnica por advogados.
 - B.() Assistência judiciária gratuita e integral caso necessitar, na forma da lei.
 - C.() Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.
 - D.() Direito pessoal de proibir o depoimento das testemunhas da vítima ou vítimas.
26. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas, previstas no artigo 112 (cento e doze) do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), exceto:
- A.() Prestação de trabalho forçado.
 - B.() Obrigação de reparar o dano.
 - C.() Prestação de serviços à comunidade.
 - D.() Internação em estabelecimento educacional.
27. À luz do artigo 124 (cento e vinte quatro) do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990), mesmo no período de internação, com privação da liberdade, são direitos do adolescente os elencados a seguir, exceto:
- A.() Avistar-se reservadamente com seu defensor.
 - B.() Ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal.
 - C.() Ter acesso aos meios de comunicação social.
 - D.() Receber visitas diariamente de amigos, segundo seu critério pessoal.
28. O artigo 131 (cento e trinta e um) do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) trata de questões atinentes ao Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar, conforme dispõe o artigo 131, “é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente”.
- Sobre o Conselho Tutelar estão corretas as seguintes afirmativas, exceto:
- A.() Para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar, além de outros requisitos, a pessoa deve ter idade superior a 21 (vinte e um) anos e residir no município.
 - B.() As decisões do Conselho Tutelar não poderão ser revistas pela autoridade judiciária (juiz).
 - C.() É atribuição do Conselho Tutelar requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
 - D.() O Conselho Tutelar, como órgão integrante da administração pública local (Prefeitura), é composto por cinco membros.
29. Assinale a alternativa correta:
- O artigo 132 (cento e trinta e dois) do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) prevê que a escolha do Conselho Tutelar será feita pela população do município para um mandato de:
- A.() Três anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
 - B.() Quatro anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
 - C.() Cinco anos, não sendo permitida nenhuma recondução.
 - D.() Seis anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.
30. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) prevê em seu artigo 148 (cento e quarenta e oito) a competência (poderes) da Justiça da Infância e da Juventude. Assim, a Justiça da Infância e da Juventude é competente para:
- A.() Conhecer os pedidos de adoção e seus incidentes.
 - B.() Conhecer os casos encaminhados pelo Conselho Tutelar e as medidas cabíveis.
 - C.() Conhecer as ações de destituição do poder familiar.
 - D.() Todas as alternativas anteriores estão corretas.